



A “Questão Religiosa” na Manchester Mineira: As divergências entre a Igreja Católica e a Maçonaria entre fins do século XIX e princípios do século XX na cidade de Juiz de Fora.

Rafael de Souza Bertante*

Resumo

Este trabalho pretende analisar as divergências ocorridas entre a Igreja Católica e a Maçonaria na cidade de Juiz de Fora entre fins do século XIX e princípios do século XX. Os embates entre essas duas instituições foi denominado como “Questão Religiosa” e também foi presenciado em outras partes do país. Nesse contexto em específico, vemos o município de Juiz de Fora passando por significativas mudanças em termos de urbanização e modernidade, que alteravam não só o cenário paisagístico e financeiro, mas também, os planos das ideias e a circularidade de culturas distintas pela cidade. Paralelamente a esse desenvolvimento, o catolicismo local buscava reafirmar alguns princípios e se aproximar do catolicismo romano, fazendo assim, alterações em suas posturas, além de intervir na dinâmica de parte da cidade, no qual estava inserido. Para realizar esse artigo, nos apoiamos em textos que contextualizam o momento vivido pela cidade, como a Maçonaria funcionava no município e sobre as reformas que a Igreja Católica passava. Por fim, para compreender como estava se desenvolvendo a “Questão Religiosa” em Juiz de Fora, iremos recorrer a literatura da época e a leitura e análise de jornais, principal veículo de informação sobre as divergências existentes entre ambas instituições.

Palavra-chave: Juiz de Fora, Maçonaria, Reforma Católica, Romanização.

Introdução

Durante as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a cidade de Juiz de Fora viveu um contexto de modernização e se constituiu como um dos principais núcleos urbano e industrial de Minas Gerais (PIRES, 2009, p.20). Essas mudanças ocorreram junto ao desenvolvimento de diversas obras de infraestruturas e uma intensificação cada vez maior do comércio e da indústria local. Circunstâncias que funcionaram como atração para diversos imigrantes à Juiz de Fora, e junto a eles culturas e costumes diversos aos vividos pela maior parte do estado.

A circularidade de novas ideias em Juiz de Fora chamou a atenção da Igreja Católica que, em um contexto nacional, se reformulava, abandonando práticas

* Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, cursa atualmente Especialização em Ciência da Religião pela mesma instituição. Contato: rbertante@gmail.com .

devocionais do catolicismo luso-brasileiro e procurando se aproximar do catolicismo europeu. Entre as principais preocupações da instituição estavam à defesa de valores tradicionais e uma tentativa de conter o avanço da liberdade religiosa (CASTRO, 2008, p.44 e 59). Esse momento ficou conhecido na história brasileira como “Questão Religiosa” (BARATA, 1999, p.95), onde elencamos, para este trabalho, como principais medidas o Processo de Romanização e a Reforma Ultramontana.

Momentaneamente a essas reformas, a Maçonaria se estabilizava na cidade de Juiz de Fora, iniciando diversos cidadãos, sobretudo, empresários e intelectuais para as “Luzes”. O crescimento dessa ordem logo chamou a atenção de autoridades religiosas, que entendiam a Maçonaria como uma instituição perigosa. Assim, bispos e sacerdotes mais ligados às reformas católicas procuravam questionar as ações desses maçons em Juiz de Fora e utilizavam de suas palavras e dos jornais para formar ideias negativas sobre a ordem. Dessa forma vários debates transcorreram na cidade, sendo que muitos deles foram noticiados em periódicos locais ou em relatos de pessoas contemporâneas a “Questão Religiosa”.

Juiz de Fora, a “Manchester Mineira”.

A cidade de Juiz de Fora se encontra localizada na região da Zona da Mata Mineira. Estrategicamente posicionada entre o interior de Minas Gerais e a cidade do Rio de Janeiro². Até meados do século XIX, o seu território geográfico serviu como ponto de passagem, de abastecimento e de descanso para as várias tropas que escoavam o ouro e demais mercadorias até à Capital do Império através do “Caminho Novo”³. Como apresentamos em outro trabalho, de maneira genérica, quando se pensa ou se fala em Minas Gerais, logo perpassam ideias sobre sua culinária típica, a sua arquitetura Barroca e o seu catolicismo - muitas vezes atrelado ao uso de imagens de santos - presente, sobretudo nas suas cidades mais antigas. Contudo, este cenário não prevaleceu em todas as cidades mineiras. A intensa produção mineradora - que é bem verdade, auxiliou na construção desse cenário “barroco” - sofreu inúmeras baixas ao longo do século XIX, que culminaram em uma diversificação da economia de Minas, sobretudo em direção a áreas menos exploradas (BERTANTE, 2017, p.11).

² Na época, Rio de Janeiro era a Capital do país.

³ Para mais detalhes sobre o “Caminho Novo”, ver em MIRANDA, 1990, p.85.

A busca por novas oportunidades de trabalho e novas formas de sobrevivência, conduziu diversas pessoas para a Zona da Mata, que até pelo menos meados do século XIX, encontrava-se relativamente despovoada e composta por imensas áreas de matas virgens (PIRES, 2009, p.17). As características dessa região foram suficientes para atender a setores da produção de alimentos agrícolas, a pecuária e principalmente, para o desenvolvimento das lavouras de café (MIRANDA, 1990, p.86), que se expandiram ligeiramente de meados do século XIX até o seu final do século XIX (OLIVEIRA, 1991, p.34 e 42.), distinguindo de vez a Zona da Mata Mineira, das demais regiões da Província, especialmente no que tange a aspectos paisagísticos e econômicos.

Entre as cidades da Zona da Mata, Juiz de Fora logo se destacou, e já em fins do século XIX, passou a dispor de um rico patrimônio arquitetônico e artístico, pincelado de influências da colonização alemã e dos mestres de obras italianos (OLENDER, 2011, p.59). Esse seu crescimento e a sua modernização foi percebido e citado por várias pessoas que por ela passava. O fato foi inclusive reportado em um jornal local chamado “O Pharol”, no dia 05 de abril de 1919. Nessa edição, aparecem diversas denominações vinculadas a cidade, ditas por “forasteiros ilustres”. Segundo o jornal, o Visconde de Ouro Preto, foi o primeiro a lhe consagrar como a “Princesa de Minas”, termo fazia um alusão à beleza da cidade. Também há referências, como a do poeta Antonio de Azevedo, que chamou Juiz de Fora de “Manchester de Minas”, referindo as suas indústrias. Arthur Azevedo que a intitulou como “Athenas Mineira”, pensando no desenvolvimento intelectual da cidade. Sylvio Romero encantado com a cidade, disse que via nesse local uma “Europa dos pobres”, a “excelência de nosso meio para as modestas excursões de prazer dos que não podem ir a Europa”. E ainda, Ruy Barbosa que a chamou de “Barcelona Mineira”, pensando na sua vida industrial, no seu liberalismo e na sua cultura (Jornal “O Pharol” – 05 de abr de 1919. p. 1).

Mas podemos perceber, ainda nos dias de hoje, que o termo “Manchester de Minas” foi o que mais perpetuou dentro da história do município, como disse o historiador local, Paulino de Oliveira:

“Nenhum dos títulos conferidos a Juiz de Fora por personalidades ilustres que a visitaram e admiraram o seu progresso, desde os primeiros anos de sua existência com foros de cidade, lhe calhou tão bem como ‘Manchester Mineira’, a ela atribuído, logo se vê, em virtude do extraordinário desenvolvimento industrial e, principalmente, de indústria têxtil” (OLIVEIRA, 1966, p.201).

O rápido desenvolvimento das lavouras de café e a posição geográfica de Juiz de Fora, lhe proporcionaram um acúmulo interno de capitais (OLIVEIRA, 1991, p.45)

responsável pela à atração de mercados de consumo e a abertura de caminhos para importantes investimentos no município (MIRANDA, 1990, p.87), muitos deles traduzidos na ampliação e execução de serviços públicos, na criação de instituições financeiras (PIRES, 2009:78-80) e, como apontou Maraliz Christo, a própria,

Face da cidade, ainda marcada por edificações que lembravam a herança colonial portuguesa, [que] vai-se modificando com a introdução de uma arquitetura mais sofisticada, principalmente na Avenida Rio Branco, antes Rua da Direita, e nas ruas centrais, em direção ao Alto dos Passos, região onde também se concentravam os investimentos públicos (CHRISTO, 2000, p.142). Junto a todas essas mudanças, percebe-se a chegada de um número significativo de imigrantes que buscavam em Juiz de Fora e em sua região, ofertas de trabalhos que possibilitassem melhorar a sua condição de vida. O interessante notar é que, junto dessas pessoas, novos hábitos, costumes, culturas e até mesmo religiões eram incorporadas ao desenvolvimento da cidade e transformavam a rotina de vida do município. A alteração de comportamentos e da rotina espiritual da cidade logo chamou a atenção de autoridades religiosas, como a do Bispo de Marina, D. Silvério, que chegou a falar na existência de certo pluralismo religioso em Juiz de Fora, uma vez que se via luteranos, metodistas, espíritas e outros se espalhando pelos bairros da cidade (FERENZINI, 2010, p.65).

Um olhar sobre a Maçonaria em Juiz de Fora

O desenvolvimento e a modernização vivido por Juiz de Fora abriram caminhos para a construção de diversos meios de sociabilidade, que possibilitaram a circulação de novas ideias, principalmente, em meio a elite da cidade. Entre esses locais, pode-se destacar os teatros, os cafés, as cervejarias, os parques, as associações e também, o desenvolvimento da Maçonaria (GENOVEZ, 1996, p.61). A Maçonaria é comumente identificada como uma instituição monolítica e unitária (BARATA, 1999, p.23 e 33). Contudo, a pesquisadora Françoise Souza, a compara com um longo tecido que, se observado a distância, aparenta forma e cor homogênea, mas quando analisado de perto, esse tecido maçônico acaba se revelando um verdadeiro emaranhado que entrecruza diferentes matizes, sendo elas unidas por pontos de interseção, responsáveis por constituir o que se entende como identidade maçônica. A Maçonaria não se reconhece como uma sociedade religiosa, a pesar disso, é necessário que os candidatos e seus membros acreditem na existência do “Grande Arquiteto do Universo”⁴ (SOUZA, 2015, p.38). Pode-se ainda acrescentar que a instituição é um importante centro de difusão e circulação de ideias (CASTRO, 2008, p.06), uma vez que funciona em caráter secreto e em ambientes propício a discussões dos mais variados assuntos.

⁴ É necessário que o maçom acredite na existência de Deus, que na Maçonaria é chamado de o “Grande Arquiteto do Universo”.

Discute-se muito a respeito das origens da Maçonaria. Os estudos sobre sua gênese mesclam fatos reais e fatos lendários. Os fatos com caráter lendário normalmente retornam ao momento de construção do Templo de Salomão e as corporações de construtores medievais (CASTRO, 2008, p.06). Escritores maçons entendem que, primitivamente, ela era constituída por operários de várias categorias, mas todos relacionados à arte da construção. Esses homens eram os responsáveis pela construção de igrejas, catedrais, casas e palácios e, em função da natureza deste trabalho, não se vinculam a nenhuma cidade ou feudo. Sendo assim, tinham a livre circulação, a não sujeição a servidão e o não pagamento de tributos. Aos poucos, essas pessoas vão sendo identificadas como franco-maçom, que traduzido do francês para o português quer dizer aproximadamente “pedreiro-livre”. Esses grupos, inicialmente ligados a construção, com o tempo, foram ganhando a conotação de uma “Loja”, que se caracteriza por reunião de maçons com a finalidade precípua de tratar sobre assuntos maçônicos (CASTRO, 2002, p.41 e 45). Assim, os assuntos de cunho profissionais, incorporaram uma gama ritos e símbolos, que as vezes eram bem próximos aos conteúdos religiosos, além de passar a preocupar com atividades caritativas, como o socorro aos doentes (MOREL; SOUZA, 2008, p.40).

Por outro lado, uma grande parte de historiadores têm concordado que as feições da Maçonaria moderna tiveram origem na Grã-Bretanha, primeiramente em lojas escocesas, em seguida pelas lojas inglesas (CASTRO, 2008, p.14), tendo como marco a fundação em 1717 da Grande Loja de Londres. Esse momento ficou caracterizado pelo abandono de alguns aspectos ligados as velhas confrarias de pedreiros da época medieval (BARATA, 1999, p.29) e pela adoção do trabalho realizado pelo pastor presbiteriano James Anderson, que passaria a ser entendido como a história, as obrigações e os regulamentos da antiga Confraria compilados em códigos a serem seguidos como deveres pelos franco-maçons (BARATA, 1999, p.12 e 13). O livro com as “Constituições de James Anderson” foi publicado no ano de 1723, congregando as antigas lojas, e trazendo discussões acerca da defesa do racionalismo e da tolerância. A partir de então, a instituição ganhou um caráter mais filosófico e os membros aceitos, deveriam passar a seguir princípios como os de serem “homens bons e leais, nascidos livres, ter idade adulta e deveriam ter boa reputação”. Dessa forma, a Maçonaria moderna agrega para si, a função de desenvolver o aprimoramento moral e intelectual

de seus membros (BARATA, 1999, p.30), ganhando então, uma ampla adesão que lhe difunde rapidamente por todo o mundo.

A formação desses grupos de caráter secreto constituía um meio propício para a discussão de assuntos que, antes, não poderiam ser tratados em locais públicos, isso acabava incomodando a alguns Governos, assim como incomodou por muito tempo a Igreja Católica, pois a Maçonaria afirmava-se como um lugar onde homens podem colocar suas ideias e opiniões sem nenhuma restrição. Esta característica da sociabilidade maçônica, aliada ao seu caráter secreto, levou muitos pensadores a procura-la como abrigo, em diferentes contextos de perseguições (SOUZA, 2015, p.22).

No Brasil, a historiografia tem entendido que a inserção da Maçonaria ocorreu, devido o reflexo do movimento de estudantes que deixavam a colônia para estudarem em universidades europeias, em especial nas de Coimbra e Montpellier, já mais para o final do século XVIII. Uma vez apresentados e iniciados a tal ordem e retornarem ao Brasil, esses homens acabavam por iniciar novos membros e aos poucos criaram lojas nos locais em que viviam, sobretudo, nos centros urbanos das províncias do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco (Barata, 1999, p.64). Após chegada da Maçonaria no país e a constituição das primeiras lojas, vê-se períodos instáveis de aceitação, indiferença e recusa a essa instituição. Por diversas vezes, autoridades civis e da Igreja Católica, acentuaram perseguições e proibições aos que faziam parte da Maçonaria, enquanto em outros momentos, os toleravam e inclusive, chegavam a participar da mesma. Aconteceu com o caso de importantes personagens do cenário político do Brasil, como Dom Pedro I, Dom Pedro II e Visconde do Rio Branco, serem associados como membros da Maçonaria (CASTRO, 2008, p.15 a 18).

Em Minas Gerais a Maçonaria chegou de forma significativa nas três últimas décadas do século XIX. Consigo, trouxe novas oportunidades de sociabilização por meio da edificação de bibliotecas, escolas, da organização de festas e da circulação de seus jornais. Os núcleos mineiros, com maior adesão a ordem foram o da Zona da Mata e o do Sul de Minas⁵. É perceptível que os contextos urbanos propiciem à recepção de novas ideias, valores e modelos de sociabilidade e esses meios acabam por constituírem locais privilegiados para a construção de debates acerca das transformações políticas, econômicas e sociais da sociedade.

⁵ Tais regiões se caracterizaram pelo desenvolvimento urbano, consequente da expansão da produção cafeeira.

Juiz de Fora, presenciou a constituição da primeira loja maçônica de Minas Gerais. Possivelmente a sua importante participação entre os processos de modernização capitalistas de Minas e a busca por parte da sua elite rural e urbanizada, em viver no estilo de vida como o da burguesia europeia - culta, moderna e civilizada – favoreceram o desenvolvimento da secularização do espaço público, abrindo assim, um espaço favorável para a implantação da Maçonaria. A loja, chamada “Fidelidade Mineira”, registrou sua primeira reunião em 1870, funcionando provisoriamente, durante alguns anos, até ser oficialmente instalada em 1873. Outra singularidade desta loja, foi o fato dela ter sido a primeira instituição da cidade e da América do Sul, a utilizar energia hidrelétrica, em 1889 (CASTRO, 2008, p.19 a 27), certamente foram muitos os esforços para acenderem a primeira luz, nesse local de propagação das “Luzes”.

A liberdade de expressar uma fé, bem como conviver com pessoas de credos diferentes foi, sem dúvida, um dos principais responsáveis pela rápida expansão da ordem pelo mundo, bem como pelas ferozes críticas a ela remetidas. Entretanto, a modernidade maçônica encontra seus limites na própria constituição da ordem, que não admite ser um ateu ou um “libertino irreligioso”. Assim, um dos pré-requisitos para entrar na ordem é possuir uma religião e crer em um princípio criador, expresso na linguagem dos pedreiro livres, como o “Grande Arquiteto do Universo”. Princípio que não passava de uma visão deísta, baseada na crença em um Deus sem atributos morais e intelectuais, como apregoavam muitos iluministas (SOUZA, 2015, p. 23).

As Reformas da Igreja Católica chegam a Juiz de Fora

Por volta de meados do século XIX, até princípios do século XX, a Igreja Católica passou por grandes Reformas. Tratando-se em específico do Brasil, essas Reformas significaram a substituição do antigo modelo colonial, entendido como Cristandade, para um novo modelo eclesial ultramontano e marcado por um processo de romanização. (FERENZINI, 2010, p.39). Nesse recorte temporal, apesar da Igreja Católica brasileira ser a responsável por portar o pensamento conservador e por isso procurava impedir o pensamento liberal e positivista de se renovar pelo país (BARATA, 1999, p.21), ela própria passava por condições precárias do ponto de vista espiritual, uma vez que o clero católico brasileiro era apontado como ignorante ou heterodoxo, por inúmeras vezes, se envolvia em política e em alguns casos possuía membros que

violavam as regras do celibato. Outro problema que rondava a instituição no país era estar sob o controle do Estado, assim, os usos e os abusos do Direito do Padroado, da Coroa, acabava por enfraquecer ainda mais a independência da Igreja (VIEIRA, 1980, p.27).

Percebendo todos esses problemas, algumas autoridades religiosas procuraram se aproximar de Reformas, já implantadas fora do Brasil, como a reforma ultramontana e o processo de romanização, centralizada nas diretrizes da Santa Sé. Essas mudanças visavam, principalmente, substituir o catolicismo luso-brasileiro por um catolicismo mais de acordo com o modelo romano e suplantando assim, as características medievais, de cunho mais familiar e devocional (FERENZINI, 2010, p.41).

O termo ultramontano é originado da França, tendo como ponto de partida o conflito que opôs Filipe IV e Bonifácio VIII, pelo fato de os papas residirem para além das montanhas em relação a França. Assim o Ultramontanismo constituiu-se, na teoria, como a subordinação do rei e dos eclesiásticos na França ao Papa (FERENZINI, 2010, p.40). No século XI, esse termo descreveu os cristãos que buscavam a liderança de Roma “do outro lado da montanha”, ou os que defendiam o ponto de vista dos papas, ou, ainda, os davam apoio à política dos mesmos. No século XV, o termo foi novamente empregado para descrever aqueles que se opunham às pretensões da Igreja Galicana (VIEIRA, 1980, p.32). E no século XIX, a Reforma Ultramontana, a grosso modo, visava colocar a Igreja Católica não apenas numa posição a favor de uma maior concentração do poder eclesiástico nas mãos do papado, mas também, contra uma série de instituições que eram consideradas erradas e perigosas para a Igreja, entre essas estavam o protestantismo, a maçonaria, o socialismo, o racionalismo e todos os tipos de liberalismo (VIEIRA, 1980, p.33).

A reforma da Igreja Católica no Brasil ainda contou com o processo Romanização que preconizava o monopólio jurisdicional da Igreja Romana e do papado sobre as igrejas particulares, a reforma do clero, o incentivo pela atuação de congregações europeias, a substituição do tradicional catolicismo luso-brasileiro por um catolicismo romanizado, a subordinação dos leigos ao poder clerical, dentre outras (FERENZINI, 2010. p.21, 22 e 43).

Essas reformas tiveram um marco significativo na década de 1890, após ter ocorrido a Proclamação da República e a separação legal entre o Estado e a Igreja Católica. Assim, a instituição católica passa a usufruir de uma maior liberdade de ação.

Cabe ressaltar que, apesar desta separação, o Estado Republicano manteve relações com a Igreja Católica, sobretudo no que diz respeito à direção intelectual e moral para a sociedade, tendo assim o intuito de formar bons cidadãos e bons católicos (FERENZINI, 2010. p.54 e 55). Para realizar o investimento intelectual, vê-se a chegada de diversas instituições religiosas para o país e um movimento de saída do clero brasileiro para se formar no exterior (VIEIRA, 1980. p.33).

Este conjunto de medidas empreendidas a partir de fins do século XIX, também chegou a Juiz de Fora, procurando satisfazer, sobretudo, aos anseios de Dom Silvério Gomes Pimenta⁶, que se mostrava preocupado com a diversidade religiosa vivida na cidade. Em uma breve observação, pode-se perceber a presença de católicos e luteranos na colônia alemã, bem como pela presença de metodistas norte-americanos, grupos de espíritas e da ação da Maçonaria espalhada por toda cidade (FERENZINI, 2010. p.16).

Para trabalhar ao lado das ideias de Dom Silvério, destacam-se na cidade três sacerdotes, sendo eles, Padre Dr. Venâncio de Aguiar Café, Padre Júlio Maria e Padre João Emílio Ferreira da Silva⁷. Depois deles, também se vê a chegada de congregações religiosas europeias, entre elas Congregação do Santíssimo Redentor em 1894, a Congregação do Verbo Divino em 1900, as Irmãs de Santa Catarina em 1898, Irmãs Servas do Espírito Santo em 1902, e as Irmãs do Bom Pastor em 1902 (FERENZINI, 2010. p.59 e 61).

Portanto, para o movimento de reforma, esperava-se o afastamento dos agentes que promoviam a religião oriunda das camadas populares, como por exemplo, os benzedores e os rezadores, os substituindo por clérigos europeus ou de formação baseada nas reformas da Igreja Católica europeia. No primeiro momento deste novo modelo eclesial fica perceptível, que as expressões religiosas se apresentam distantes

⁶ Arcebispo da Arquidiocese de Mariana, a qual Juiz de Fora fazia parte.

⁷ Em uma breve apresentação temos que o padre Venâncio Ribeiro de Aguiar Café teve sua formação junto aos padres lazaristas, onde aprendeu sobre o espírito ultramontano. Ordenou-se sacerdote em 1873. Chegou a ser deputado provincial em 1880, pelo Partido Liberal, e em 1886 foi morar em Juiz de Fora, onde atuou junto ao magistério. Chegou ainda a morar em Roma, onde se doutorou em teologia e em direito canônico. O padre Júlio Maria, ou Júlio César de Moraes Carneiro formou-se em Direito, na Academia de Direito de São Paulo em 1875. Foi promotor público em Mar de Espanha. Ficou viúvo por duas vezes, quando se decidiu ingressar no seminário de Mariana. Ordenou-se sacerdote em 1891 e em 1892 foi residir em Juiz de Fora. Por fim, o padre João Emílio Ferreira da Silva estudou humanidades em Congonhas, e logo depois se matriculou no seminário de Mariana. Ordenou-se sacerdote em 1886, e em 1888 tornou-se capelão em Juiz de Fora. Escrevia no jornal "O Pharol" sobre instituições de caridade. Inclusive fundou a Associação Protetora da pobreza, na cidade (AZZI, 2000. p.101, 103 e 106).

das raízes culturais do país, as caracterizando com algo realmente importado. Os reformistas buscavam eliminar elementos que eram caracterizados como profanos no culto religioso, colocar o clero na total administração das manifestações de culto e também à frente das associações religiosas, de modo a poder utilizá-las como instrumento da catequese popular (AZZI, 2000. p.19).

Os embates entre a Maçonaria e a Igreja Católica

As lojas maçônicas desempenharam um importante papel de ação política que atendia aos ideais e objetivos de uma burguesia. Por funcionarem em um local fechado e seguro, seus membros tinham a liberdade de expor seus interesses, colocar em prática seus planos de ascensão social e divulgar conceitos de modernidade e progresso (CASTRO, 2008, p.82). Possivelmente, as diversidades de pensamentos que poderiam ocorrer no interior da Maçonaria, criou o descontentamento de muitos dos que não tinham acesso a ordem e por conta disso tinham margens para pensar absolutamente tudo o que poderia ocorrer dentro dessas lojas (BERTANTE, 2017, p.80). A Igreja Católica, foi uma das instituições que abriram constantes embates a Maçonaria do Brasil, principalmente a partir do final do século XIX (BARATA, 1999, p.68).

Como visto anteriormente, a Igreja Católica passou por um momento de reformas que visavam sobretudo, a defesa de valores tradicionais. Para isso, preocupou-se em impedir o avanço da liberdade religiosa e as alterações significativas no código ético, divulgado pelos agentes da modernidade social, como a Maçonaria, além de investir em noções mais civilizadas segundo as que a instituição vivia na Europa (CASTRO, 2008, p.44 e 59), sendo esse momento conhecido no Brasil como “Questão Religiosa”.

As acusações contra a Maçonaria faziam parte de uma longa tradição católica que teve como primeiro registro a condenação pontifícia de Clemente XII, com sua Carta Apostólica de 1738, sendo seguida por inúmeras outras por todo o século XIX. De forma geral, a maçonaria incomodava pelo caráter secreto de suas reuniões, consideradas ilícitas e suspeitas, ou pelo “segredo fielmente guardado sob juramento”. Também, incomodavam pelo perigo que poderia representar à segurança do Estado e da Igreja e o perigo para a pureza do catolicismo, decorrente da reunião de homens de várias religiões (FERENZINI, 2010, p.102). Note-se que a maçonaria representou uma

das primeiras tentativas para formar-se uma irmandade ecumênica de pessoas de todas as religiões (VIEIRA, 1980, p.43).

Os embates da Igreja Católica eram intensos, seus jornais traziam notas acusando jornais locais de compartilharem dos ideais maçônicos (CASTRO, 2008, p.82) - uma vez que a maçonaria também utilizava desses veículos para a sua comunicação⁸ - e nos seus sermões, desenvolviam uma série de acusações que desconstruíam tal grupo. Devido ao caráter secreto da Maçonaria e a ausência de conhecimentos a respeito da instituição brechas eram abertas para que a população comum e leiga ao assunto a acreditasse em o que lhes fossem disponíveis (CASTRO, 2008, p.10). Lendo as memórias do médico Dr. Pedro Nava, é possível encontrar diversos relatos sobre o que ele ouvia sua família falar a respeito dessa ordem, como o “receio em caminhar em algumas partes da rua Direita”, por exemplo, quando passava em frente a “misteriosa e muda, a infame Maçonaria” (NAVA, 1983, p.266). Ou

Pior, muito pior que as fábricas onde os descontentes queriam ganhar mais do que precisavam; pior que o Cinema Farol e o Politeama onde tentavam timidamente os ensaios precusores da bolina, pior que os bordéis, pior que os colégios leigos e que o desaforo do colégio metodista para meninas, pior que a Cervejaria Weiss animada por Brant Horta, Amanajós de Araújo e Celso d'Ávila com guitarras, descantes, declamações de versalhada e as chagas dos tálburis carregados de “mulheres-damas” – era a Maçonaria. Sua loja ficava em plena Rua Direita, entre as do Imperador e da Imperatriz, como desafio permanente ao clero diocesano e aos cristãos-novos e velho do Alto dos Passos (NAVA, 1983, p.266).

Ainda sobre as memórias do Dr. Pedro Nava, consta que a sua irmã nasceu e logo depois o seu pai veio a falecer. A Maçonaria, como parte de sua fraternidade, decidiu pensionar a menina, até que atingisse a maioridade. Entretanto, sua mãe, instruída pelo clérigo local, achou melhor recusar o auxílio provindo do “bode preto”. Entende-se o tamanho da importância do socorro mútuo da ordem, quando se lê que mesmo o pai tendo falecido no ambiente de trabalho, a Câmara da cidade não aprovou qualquer benefício para a família, enquanto a Maçonaria, logo se prontificou a tal (NAVA, 1983, p.413). Era muito recorrente encontrar em jornais a presença de maçons em funerais de seus “irmãos” e também nos de comerciantes, proprietários e pessoas de grande importância na cidade (Jornal “O Pharol” 03 de fev de 1903 p.1). Alguns, desses maçons, se apresentavam até os repórteres dos jornais e se identificavam como representantes da loja a qual fazia parte. Acontecia, também, dessas lojas arcarem com

⁸ Os jornais locais traziam informações sobre as reuniões e festejos ocorridos na maçonaria. Normalmente os informes eram para os próprios membros, como a convocação para reunião no jornal (Jornal “O Pharol” 19 de maio de 1905 p.02). Mas as vezes haviam convites para a participação de profanos, como na edição do jornal (Jornal “O Pharol” 09 de ago de 1910 p.01).

todos os custos do funeral e em outras vezes apenas deixavam coroas de flores, como forma de homenagem póstuma.

Além dos boatos e das visões negativas que circulavam entre os “profanos”⁹ a Igreja Católica também agia diretamente de modo a desconstruir a atuação dessas pessoas na cidade. Um episódio que ganhou repercussão na cidade foi o caso da morte do italiano e maçom Catulo Brevigliere¹⁰. O jornal Correio de Minas noticiou que esse homem estava pronto para sair para o trabalho em janeiro de 1945, quando sentiu-se mal, chamou seus familiares e caiu no chão. Sua família logo foi atender ao seu chamado, mas já o encontraram morto. Uma multidão foi até a sua casa para se despedir pela última vez. Entre os presentes haviam pessoas de diversas classes sociais e religiões. Inclusive estava presentes maçons que fizeram o seu ritual de despedida. Seu enterro aconteceu na manhã seguinte também contando com um aglomerado de pessoas, que lhe prestaram as últimas palavras. Entretanto, sete dias após sua morte, a família e seus amigos receberam a notícia de que não poderia ocorrer a sua celebração de sétimo dia, devido ao mesmo pertencer a maçonaria, e isso ir contra as Leis da Igreja (Jornal “Correio de Minas” 28 de fev de 1945).

Esses episódios exemplificam como houveram tentativas de desconstrução da ordem maçônica na cidade de Juiz de Fora até pelo menos meados do século XX. Contudo a Maçonaria nunca deixou de existir na cidade, pelo contrário, continuou em expansão e se mantém em atividade até os dias de hoje. A Igreja Católica, de forma geral, mantém-se com a maior parte da população da cidade, porém atuando em outras frentes de ação. A “Questão Religiosa” fez parte de um contexto específico da cidade, porém de suma importância para a historiografia local por envolver tantas instituições e pessoas significativas à construção de Juiz de Fora.

Conclusão

Este trabalho buscou analisar um evento específico que decorreu na virada de século em Juiz de Fora, onde, vê-se o desenvolvimento de divergências entre duas grandes instituições da cidade. De um lado tem-se a Igreja Católica, que também encontrava-se em um momento de transição de postura, procurando manter sua hegemonia, como instituição e procurava manter-se como a responsável pela formação

⁹ A Maçonaria chama de profano, aqueles que não pertencem a ordem.

¹⁰ O italiano Catulo Breviglieri prestou grandes serviços a Loja Fidelidade Mineira e Caridade e Firmeza e pertencia a Loja Benso di Cavour.

moral e ética do país, em um pós-regime do Padroado. Assim, parte dos bispos, padres da instituição, buscaram no processo de romanização do catolicismo brasileiro uma forma de aproximar o catolicismo brasileiro com o modelo romano, focando na prática dos sacramentos e obediência incondicional à hierarquia e a autoridade eclesiástica (FERENZINI, 2010, p.16, 41, 65 e 66). Enquanto do outro lado, a Maçonaria, que chegara a poucas décadas na cidade, procurava se expandir, iniciando em sua ordem, uma gama de personalidades importantes para o crescimento e desenvolvimento da cidade de Juiz de Fora. Sua proposta de livre pensamento incomodava os que não pertenciam a sua ordem, mas possibilitou a sua permanência até os dias de hoje.

Esse trabalho não pretende esgotar o tema “Questão Religiosa”, mas mostrar como esse assunto circulou pela cidade, atingindo a diversas pessoas, pertencentes ou não a ambas instituições, uma vez que muitos dos confrontos eram divulgados em jornais locais ou nas conversas de famílias. Espera-se que outros trabalhos possam vir a dialogar sobre tais casos, enriquecendo a memória da cidade de Juiz de Fora.

Referências

Periódicos

Biblioteca Nacional – Hermeroteca Digital Brasileira

(<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=258822&pesq=>)

O Pharol:

O Pharol 03 de fev de 1903 p. 1.

O Pharol 01 de mar de 1903 p. 2.

O Pharol 11 de abr de 1905 p. 2.

O Pharol – 05 de abr de 1919. p. 1.

Il Bersagliere:

Il Bersagliere 15 de abr de 1905 p.2.

Arquivo da Província do Rio:

Correio de Minas:

Correio de Minas 28 de fev de 1945.

Referências Bibliográficas

AZZI, Riolando. Sob o Báculo Episcopal: a Igreja Católica em Juiz de Fora, 1850-1950. Juiz de Fora: Centro de Memória da Igreja em Juiz de Fora: 2000.

BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: A Ação da Maçonaria Brasileira*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

BERTANTE, Rafael de Souza. *Um olhar sobre a sociabilidade italiana em Juiz de Fora: italianos maçons e a “Unione Italiana Benso di Cavour”*. Dissertação (Mestrado em História). UFJF, Juiz de Fora, 2017.

CASTRO, Boanerges Barbosa de. *Diálogos Maçônicos*. Juiz de Fora, 2002.

- CASTRO, Giane de Souza. *A Cruz e o Compasso: O conflito entre Igreja Católica e Maçonaria no contexto da Reforma Católica Ultramontana em Juiz de Fora*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). UFJF, Juiz de Fora, 2008.
- CHRISTO, Maraliz de Castro. Italianos: Trabalho, enriquecimento e exclusão. In: BORGES, Célia Maria (org.) *Solidariedades e Conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000.
- FERENZINI, Valéria Leão. *A “Questão São Roque”*: Devoção e conflito. Imigrantes italianos e a Igreja Católica em Juiz de Fora (1902 - 1920). São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Prefeitura da Cidade de Juiz de Fora, 2010.
- GENOVEZ, Patrícia Falco. *As malhas do poder: uma análise da elite de Juiz de Fora na metade do século XIX*. (Dissertação de Mestrado). Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF. 1996, p.61.
- MIRANDA, Sônia Regina. *Cidade, Capital e Poder: Políticas Públicas e Questão Urbana na Velha Manchester Mineira*. Dissertação (Mestrado em História). UFF, Niterói, 1990.
- MOREL, Marco. “Sociabilidade entre Luzes e Sombras: Apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.28, p. 5, 2001.
- MOREL, M.; SOUZA, F.J.O. *O poder da Maçonaria: A História de uma Sociedade Secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- NAVA, Pedro. *Baú de ossos: Memórias I*. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1983.
- OLENDER, Marcos. Juiz de Fora e seu patrimônio arquitetônico. In: VISCARDI & OLIVEIRA (Org.). *Vivendo a história: Novas pesquisas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011.
- OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Imigração e industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920)*. Dissertação (Mestrado em História) Niterói, UFF, 1991.
- OLIVEIRA Paulino. *História de Juiz de Fora*. Juiz de fora: 1966.
- PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Indústria: Juiz de Fora 1889-1930*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2009.
- SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. Organização, Preceito e Elementos da Cultura Maçônica: Fundamentos para a introdução aos estudos da Maçonaria. In: SILVA, Michel (Org.). *Maçonaria no Brasil: História, política e sociabilidade*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.
- VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.